

Ata da trecentésima octogésima sexta (386º) sessão ordinária do primeiro período Legislativo da décima nona legislatura (19º). Aos dezoito (18) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um (2021) no Plenário da Câmara Municipal de Viçosa do Ceará, situada na Avenida Major Felizardo de Pinho Pessoa, S/N, nesta cidade, com início as dezenove horas (19 hs). O Presidente Manuel Alves de Sousa solicitou que os vereadores registrassem a presença no painel eletrônico, sendo constatada a presença dos seguintes vereadores: Daniel Nilson Sá Lima; Edimar Gabriel da Rocha; Ediomar de Carvalho Silva; Emanuel de Moraes Siqueira; Francisco Antônio Silva Cardoso; Francisco Edilson Nogueira de Sousa; Francisco Ednaldo Fontenele Xavier; Francisco José Alves de Arruda; Giovani Araújo da Cunha; João Luiz Nogueira Pessoa; João Mamede dos Santos; José Océlio Brito Silva; Judite Ana de Brito Fontenele; Manuel Alves de Sousa; Maria Lucinete de Sousa Brito. Havendo número Regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a sessão. O Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura da Ata da trecentésima octogésima quinta sessão ordinária (385º), realizada no dia 11 de fevereiro de 2021. Após a leitura da Ata, o Presidente colocou a Ata em discussão. O vereador Daniel Lima ao fazer o uso da palavra, falou que muita coisa foi omitida da Ata e sugeriu ao Primeiro Secretário que os vereadores pudessem contribuir na elaboração da Ata, pois isso irá ser alvo de ação judicial, a Ata é um documento oficial, e tem muita coisa que foi omitida e que precisa ser colocada; destacou que tinha feito 4 páginas de observações e queria saber se o Presidente poderia inserir; o Presidente ressaltou que a Ata trata-se de um resumo do que foi falado na sessão anterior; o vereador Daniel Lima ainda destacou, inclusive, que falas do Presidente não constava na Ata e queria a resposta do mesmo em relação as observações que deveria constar na Ata, ainda questionou se não iria permitir a retificação da mesma, salientando que a história estava se repetindo na Câmara Municipal de Viçosa. O Presidente colocou a retificação da Ata em votação para saber se os vereadores eram a favor ou contra, deixando o painel aberto para todos votarem. O vereador Daniel Lima, sugeriu antes da votação em relação a tecnologia para que fosse mudado no painel o nome da Ata para assim poderem votar. O vereador Francisco Antônio Silva Cardoso solicitou aos vereadores do Partido do MDB que votassem contra a retificação da Ata. Em seguida, o vereador Daniel Lima votou a favor e orientou os vereadores do bloco PT, PDT e PSB votarem a favor da retificação da Ata. Houve empate e o Presidente desempatou a votação da Ata com o seu voto contra a retificação da Ata, sendo assim, não aprovada a retificação da mesma. O vereador Emanuel Siqueira falou ao Presidente que ele teria votado contra retificação da Ata e não contra a Ata, pois o que estava em votação no momento era a retificação da Ata. Na sequência, o Presidente colocou a Ata em votação. O vereador Daniel Lima, sugeriu aos vereadores do Bloco PDT, PT e PSB que se abstivessem a deliberação da Ata. Mais uma vez o vereador Daniel Lima ressaltou a recomendação aos vereadores do bloco que se abstivessem de votar na Ata. Já o vereador Francisco Antônio orientou os vereadores do Partido MDB que votassem a favor da Ata. O vereador Emanuel Siqueira fez o uso da palavra e recomendou ao Presidente pedir autorização do Plenário para

votarem sem ser no painel eletrônico. Após o Presidente ter colocado a Ata em votação, a mesma foi aprovada com 07 (sete) votos a favor dos vereadores : José Océlio Brito Silva; Judite Ana de Brito Fontenele; João Luiz Nogueira Pessoa; Edimar Gabriel da Rocha; Francisco Antônio Silva Cardoso; Francisco José Alves de Arruda; Francisco Ednaldo Fontenele Xavier; e 07 (sete) votos de abstenção dos vereadores: Daniel Nilson Sá Lima; Ediomar de Carvalho Silva; Emanuel de Moraes Siqueira; Francisco Edilson Nogueira de Sousa; Giovani Araújo da Cunha; João Mamede dos Santos e Maria Lucinete de Sousa Brito. O vereador Emanuel Siqueira fez o uso da palavra questionando qual o quórum usado pelo Presidente na aprovação da Ata e o Presidente falou que era maioria simples. O vereador Daniel Lima fez o uso da palavra novamente e ressaltou que como não houve previsão no Regimento de que a Ata seria deliberada por maioria simples, pediu que registrasse que esta Ata foi declarada aprovada pelo Presidente com 07 (sete) votos a favor, em desacordo com o Art.17 da Lei Orgânica do Município, o qual diz que as deliberações da Casa devem ser tomadas por maioria absoluta, sendo que deveria ter 08 (oito) votos. Não havendo matéria para ser lida, não há também o Pequeno Expediente, ficando prejudicado os inscritos Francisco José Alves de Arruda, João Luiz Nogueira Pessoa, Emanuel de Moraes Siqueira e Daniel Nilson Sá Lima. Iniciando o Grande Expediente, o Presidente esclareceu que o vereador Emanuel Siqueira tinha deixado 07 (sete) minutos do tempo da sessão anterior e concedeu a palavra para o mesmo, que ao se pronunciar cumprimentou ao Presidente, aos vereadores da Casa e a todos que acompanhavam pelas redes sociais, registrou que a transmissão da sessão estava sendo feita através de seu Facebook particular como pela transmissão feita pelo vereador Daniel Lima; o vereador aproveitou o momento e solicitou ao Presidente e a Mesa Diretora que as sessões fossem transmitidas pelo canal oficial da Câmara para que a população de Viçosa possa ter conhecimento de tudo que está se passando na sessões desta Casa; relatou que, o Art. 4 do Regimento Interno da Câmara, diz que “qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservado”, mas como estamos em uma situação de pandemia isso tem dificultado com que os cidadãos e cidadãs de Viçosa do Ceará possam comparecer a essa Casa, tendo acesso ao que está acontecendo exclusivamente pela sua iniciativa e do vereador Daniel Lima, disse ainda que seja uma responsabilidade desta Casa, de quem está conduzindo, principalmente do Presidente, conforme está previsto no Art. 117 - “será dada ampla publicidade as sessões da Câmara, facilitando-se a imprensa, publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no jornal oficial e irradiando-se debate pela emissora local, se houver.”; então o vereador pediu que essa Casa tenha a sensibilidade de dar conhecimento a quem os colocou nessa posição, salientou que esta Casa é do povo, e os vereadores estão aqui ocupando espaço representativo, não chegaram nesse lugar por mérito pessoal e sim por uma escolha, por uma deliberação dos viçosenses, para representar a população de Viçosa do Ceará; aproveitou e solicitou ao Presidente que esclarecesse sobre a ordem do dia para que todos os vereadores tomassem conhecimento, pois está previsto no Art. 117, como já mencionado anteriormente, conjugado com o Art. 129 que diz – “ Nenhum projeto de Lei

poderá ser posto em discussão sem que tenha sido incluído na ordem do dia, com antecedência de 24 horas de início da sessão, a secretaria fornecerá aos vereadores cópia das proposições, pareceres dentro do interstício estabelecido neste artigo.”; o vereador Emanuel ainda disse que em todas as sessões procura tomar conhecimento da pauta, salientando que entrou em contato com o diretor desta Casa, mas o mesmo disse que não tinha como passar como seria a pauta do dia, disse que gostaria que o Presidente deixasse claro qual será modalidade para que os vereadores bem como toda a população de Viçosa do Ceará tomem conhecimento das pautas que serão discutidas nas sessões, porque todas as pautas são de interesse da população e deixou seu apelo principalmente para o líder do Prefeito nesta Casa para que ele pudesse levar ao Executivo a necessidade de discutir pautas voltadas para a saúde pública do Município de Viçosa do Ceará e que tenham sensibilidade diante desse momento de grande dificuldade que é a pandemia que todos estão enfrentando, que a saúde pública de Viçosa do Ceará ainda não foi discutida nesta Casa, e que haja sensibilidade quanto a isso; ressaltou que o Presidente representa essa Casa e que o mesmo possa conduzir os trabalhos igualmente para todos os vereadores. O vereador Francisco Ednaldo se pronunciou para perguntar ao Presidente a hora do início da sessão. Em seguida o Presidente passou a palavra para o vereador Francisco José Alves de Arruda, que cumprimentou ao Presidente e aos vereadores, e pediu aos vereadores que deixassem o clima mais calmo, compartilhou com os vereadores uma breve explicação sobre a Campanha da Fraternidade, falou sobre o surgimento e objetivo da mesma, e ressaltou questões relacionadas sobre esta Campanha e sua importância; destacou que a cada 5 anos o tema da Campanha da Fraternidade é considerado Ecunêmico, ou seja, busca pela união apesar das diferenças, além de que o tema e o texto base da Campanha fica por responsabilidade da CONIC (Conselho Organizacional de Igrejas Cristãs), sendo uma Instituição que tem como membros Igrejas Católicas e Evangélicas; ressaltou que a Campanha deste ano tem como texto uma base de uma Campanha Ecunêmica, sendo o Tema: “A Fraternidade e o diálogo: compromisso de amor” e o lema: “Cristo é a nossa paz: do que era dividido fez uma unidade” ; relatou que toda a explicação que deu em relação a Campanha da Fraternidade, tem um sentido, por se tratar de um tema que engloba várias outras igrejas, pois os temas anuais que não são dos anos Ecunêmicos, ficam de responsabilidade da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e esse ano é da CONIC, está sendo alvo de várias polêmicas, uma delas é que o texto base defende a inclusão de pessoas que eram consideradas excluídas pela igreja, e isso é como se fosse uma reflexão que a igreja parou para fazer e viu que existe a necessidade no período em que vivemos de mais união das pessoas, que não deve haver desagregação dessas pessoas que lutaram para ter seus direitos garantidos, e é muito mais que justo essas pessoas possam ser inseridas em locais que a sociedade faz questão de excluí-las; o vereador salientou que estava à disposição e apoiava o tema da Campanha da Fraternidade, apoia também a iniciativa que procura incluir dentro da sociedade todas as pessoas que tanto lutaram por seus direitos; falou que o seu mandato representa todas as camadas da sociedade e destacou mais uma vez o seu

apoio a esses indivíduos; outro tema que foi mencionado pelo vereador foi relacionado ao Combate ao Alcoolismo, explicando ser uma doença que acomete a nossa sociedade e destrói famílias, ressaltando que essas pessoas devem procurar ajuda, disse que essas pessoas são reconhecidas e que possam resgatar seu espaço dentro da sociedade; por fim , outra questão levantada foi um pedido feito para que a população colaborasse com o “carro fumacê”,que passa nas ruas da cidade aplicando inseticidas para tentar combater os mosquitos, pois no período de inverno acontece muitos casos de dengue e de outras doenças que são transmitidas através de mosquitos. Ainda no Grande Expediente, o vereador João Luiz Nogueira Pessoa fez o uso da palavra, saudou a todos os presentes, destacou a questão do Projeto de Lei do vereador Francisco Arruda sobre as Instituições religiosas que são atividades essenciais nesse período de pandemia que foi mencionada na última sessão ordinária; falou da sua preocupação em relação a pandemia de ser interditada a questão esportiva e que pretende apresentar um Projeto de Lei que tornará essencial as atividades esportivas, academias, pois além das atividades religiosas darem um suporte para as pessoas, as atividades esportivas também contribuem para a saúde física, mental; deu um alerta para que o Município não fique paralisado com a questão do esporte; ressaltou que é muito importante tanto manter a fé como a saúde, dessa forma pede ao Poder Executivo para que leve em consideração essa questão do esporte, e pediu novamente o apoio dos vereadores quando for apresentar o Projeto de Lei referente ao Bolsa Atleta, que tem como objetivo estimular jovens a praticar esportes, estimular aqueles que tem talento, estimulando também o crescimento dessa atividade no Município; outro tema levantado foi a questão relacionada ao salário dos funcionários, a equiparação do salário mínimo, salientou que irão trabalhar junto ao Prefeito sempre em prol da população, tentando fazer com que os funcionários públicos também tenham voz; deu uma sugestão para que todos os vereadores fossem conversar e lutar por essa questão; salientou que esteve visitando as comunidades, e destacou que a Prefeitura esteve nas comunidades de Queimadas e Santa Maria fazendo algumas melhorias de estradas trazendo benefícios para os moradores; ressaltou que Prefeitura está fazendo sua parte, ajudando as comunidades, e buscando melhorar a vida do cidadão viçosense; outro ponto destacado, foi em relação a UVC, falou sobre a capacitação prometida aos vereadores, e procuraria saber se junto com a UVC conseguiria promover um curso em Fortaleza para que pudessem obter conhecimentos quanto as suas atribuições, sua importância e o que pode ser buscado pelo vereador e destacou a questão da busca por auxílio em relação a orientações de termos jurídicos para trabalharem para o Município; mencionou sobre o trabalho que o Presidente vem fazendo a frente desta Casa, falou da pressão que é estar conduzindo o trabalho e que apesar disso o mesmo está tentando exercer sua função da melhor forma pois o Legislativo não pode estar parado, pois tem várias pautas que são importantes para o Município e se ficarem paralisadas não conseguirá avançar; salientou que o Presidente apesar de as vezes se exaltar, isso acontece pela pressão da posição para tentar manter a organização, enfatizou que é uma pessoa flexível, gentil e respeitosa com todos e que tem trabalhado

para buscar melhorias; explanou que como Primeiro Secretário, vem cobrando que desta Casa uma reformulação, mudanças onde os vereadores possam ter um maior reconhecimento; salientou que tem um sonho de ir a Brasília como vereador, fazer visita aos Deputados, e aos gabinetes, mas que não é possível por causa das complicações devido a pandemia. Na sequência o vereador João Mamede fez o uso da palavra, e disse que ser um dos parlamentares mais antigos desta Casa pediu ao Presidente, ao Líder do bloco que houvesse mais sensibilidade, que todos soubessem conversar para que tudo fosse resolvido da melhor maneira possível, porque se continuar com as discussões nada irá ser produzido nessa Casa. Para finalizar a fala, o vereador João Luiz Nogueira Pessoa pegou o gancho do que foi falado pelo vereador João Mamede, e ressaltou que é fundamental para que essa Casa possa produzir matérias relevantes para toda a população e para que isso aconteça ambas as partes tem que conversar, entrar em consenso, salientou que não é positivo e não vem a somar a questão da judicialização do Legislativo pois isso vai criar uma instabilidade institucional, por isso é de grande relevância haver diálogo antes de tomar qualquer decisão, é importante também que haja harmonia entre todos para trabalhar por Viçosa, fortalecer o Município, mas para isso devem fazer a diferença e trabalhem para que isso aconteça; ressaltou que Viçosa cresceu e passou por transformações significativas durante os últimos anos, principalmente nos interiores e acredita que estão seguindo o caminho certo, mas que nesta Casa precisa haver união para trabalhar pelo povo de Viçosa, pelo bem comum de todos. O Presidente agradeceu ao Secretário e ao vereador João Mamede pelas palavras e destacou a importância da conversa que deve haver entre os vereadores para que seja possível construir o melhor para a população. E acentuou que os membros do Bloco PT, PSB e PDT se recusaram a assinar a Ata discutida e aprovada na presente sessão. O Presidente passou para a ordem do dia e mencionou que o vereador João Mamede indicado para fazer parte da Comissão, não queria fazer parte da mesma, assim foi pedido ao líder do bloco do PT, PSB e PDT que indicasse outro vereador para substituí-lo. O vereador Daniel Lima, líder do bloco se pronunciou e disse que foi uma deliberação feita pelo bloco, não se tratava de uma questão da Casa, disse que na abertura da Ata do dia já iria fazer isso, foi um pedido feito pelo vereador João Mamede a liderança do bloco a sua substituição na Comissão de Justiça e Redação e fundamentado no Art. 48 do Regimento Interno, parágrafo 4º, art. 26 da Lei Orgânica do Município fez a substituição e indicou o vereador Ediomar, ressaltou que não era uma questão de concordar ou não, pois era uma deliberação interna do bloco; reiterou que a 3º e 4º sessão ordinária foram protocolados os requerimentos no dia 15 de janeiro, sendo eles: requerimentos três, quatro e cinco de 2021, solicitando da Casa disponibilidade de documentações da Prefeitura durante o período de 2017 a 2020, documentação que está em poder da Casa; documentação de balancetes, receitas e despesas da Casa, do Poder Legislativo do mesmo período, e o Presidente até hoje não colocou para leitura, não houve manifestação e pediu que tenha sensibilidade e respeito pelos vereadores e sua função de fiscalizar tanto o Poder Legislativo como o Poder Executivo, pois estão sendo impedidos de exercerem a função pela Presidência da Mesa

Diretora da Casa; mencionou a fala do vereador João Luiz Nogueira sobre a questão da Judicialização e ressaltou que as Leis existem e devem ser cumpridas. A Presidência disse estar analisando o que foi solicitado pelo vereador. O Presidente encaminhou para a Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei nº 001/2021 de autoria da Mesa Diretora; disse que como o vereador João Luiz Nogueira faz parte da Mesa Diretora não poderia fazer parte da análise do Projeto, dessa forma, pediu ao líder do MDB que indicasse outro vereador para substituí-lo; o líder do bloco indicou o vereador Edimar Gabriel e pediu a substituição do vereador Francisco Arruda da Comissão de Justiça e Redação que é o Projeto 005/2021 de autoria do mesmo, pelo vereador José Océlio. A Presidência ressaltou que na próxima sessão serão discutidos os dois Projetos: 001/2021 e 005/2021. Não havendo inscritos na explicação pessoal, o Presidente deu por encerrada a presente sessão e comunicou que a próxima se realizaria no dia 04 de março de 2021, as 19 horas no Plenário da Câmara Municipal, e eu, João Luiz Nogueira Pessoa, Primeiro Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e discutida, será votada e assinada pelo Presidente, Primeiro Secretário e demais vereadores presentes. EM TEMPO: O vereador Daniel Lima considerou que a ata foi aprovada em desacordo com o art. 17 da Lei Orgânica do Município.